



PARECER PRÉVIO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11158/2014.

Apensos: Processo nº 11350/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Borba

4- Exercício: 2013

5- Responsável: José Maria da Silva Maia (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Fábio Moraes Castello Branco - 4.603

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3173/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Gerais da Prefeitura do Município de Borba, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2013, Gestão do Sr. José Maria da Silva Maia Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (presidente em sessão) Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho (art. 65 do Regimento Interno).



PARECER PRÉVIO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO MELLO
Conselheiro-Presidente, em sessão

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11158/2014.**
Aposos: Processo nº 11350/2014.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsável:** José Maria da Silva Maia (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Moraes Castello Branco - 4.603
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4394/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Borba, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável o Sr. José Maria da Silva Maia Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;
- 10.2. **Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia**, Prefeito e Ordenador de Despesas e, solidariamente, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves, engenheiro responsável pelo Projeto Básico, no valor de R\$ 6.175,80, tendo em vista a caracterização do sobre preço indicado pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 93, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia**, Prefeito e Ordenador de Despesas e, solidariamente, o **Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves**, engenheiro responsável pelo Projeto Básico, no valor de R\$ **2.126,12**, tendo em vista a caracterização do sobre preço indicado pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 94, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia**, Prefeito e Ordenador de Despesas e, solidariamente, o **Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves**, engenheiro responsável pelo Projeto Básico, no valor de R\$ **6.085,80**, tendo em vista a caracterização do sobre preço indicado pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 103, da fundamentação deste Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia** Prefeito e Ordenador de Despesas e, solidariamente, o **Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves**, engenheiro responsável pelo Projeto Básico, no valor de R\$ **2.479,24** tendo em vista a caracterização do sobre preço indicado pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 104, da fundamentação deste Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia** Prefeito e Ordenador de Despesas e, solidariamente, do **Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves**, engenheiro responsável pelo Projeto Básico, no valor de R\$ **1.027,59** tendo em vista a caracterização do sobre preço indicado pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 111, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de



ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Borba no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. José Maria da Silva Maia** no valor de **R\$ 50.000,00** pela não comprovação da execução dos serviços de engenharia indicados pela DICOP, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 133, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Borba no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia** Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.096,03, conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM **por cada mês (abril, maio, junho e dezembro)** de atraso na remessa dos dados informatizados mensais, **totalizando o montante de R\$ 4.384,12**, constante no **item 72**, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.9. Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia** Prefeito Municipal e Ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM **por cada bimestre (4 bimestres) em que foi entregue com atraso** o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, **totalizando o montante de R\$ 4.384,12**, constante no **item 85**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda –**



ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.10 Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 17.536,51**, referente a 40% do valor máximo nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131 e 132**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.11 Aplicar Multa ao Sr. José Maria da Silva Maia, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 4.384,12**, conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado danos ao erário, **itens 93, 94, 103, 104, 111 e 133**, da fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.12 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Borba que mantenha arquivados os Relatórios do FUNDEB na Sede da Prefeitura, **item 73**, da fundamentação do Voto;
- 10.13 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Borba mantenha atualizado o portal da transparência da Prefeitura de Borba, em atendimento ao disposto na Lei de Transparência (LC 131/09), **item 74**, da fundamentação do Voto;
- 10.14 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Borba que observe com mais rigor a modalidade de licitação correta ou sua dispensa e/ou inexigibilidade, nos termos da Lei nº 8.666/93, **item 75**, da fundamentação do Voto;
- 10.15 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Borba que que nas inspeções vindouras, apresente de forma mais concreta o saneamento quanto ao pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões, informando/encaminhando as Leis Municipais, **itens 83 e 84**, da fundamentação deste Voto.
- 11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018
- 15- Especificação do quórum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (presidente em sessão) Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13- Declaração de Impedimento:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO MELLO
Conselheiro-Presidente, em sessão

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 8

ACÓRDÃO Nº 61/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 61/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A6E1A5A9-892BF029-4E49CDF0-8D094E0E